

Ação contra invasões

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

As construções irregulares e invasões de área pública não se restringem às regiões pobres ou aos condomínios ilegais de Brasília. No bairro mais nobre da capital, as infrações estão por toda parte. Cercas em áreas verdes e edificações às margens do Paranoá são recorrentes no Lago Sul. Essa série de violações à lei acaba com o ideal de Lucio Costa para o bairro. O urbanista sonhava com um lago onde os brasilienses pudessem fazer "passeios" às suas margens. Mas toda a extensão do espelho d'água está cercada e tomada de construções particulares ilegais, como quiosques, churrasqueiras e até quadras de esportes. Os abusos comprometem o Lago Paranoá e causam danos ambientais irreversíveis.

Depois de derrubadas no Parque da Vaquejada, em Ceilândia, e da remoção de barracos no Setor de Inflamáveis no mês passado, a cobrança com relação às chamadas "invasões de ricos" aumentou. Diante da pressão, um grupo de secretários do GDF percorreu toda a orla do Lago Paranoá no último fim de semana para começar um levantamento sobre a situação das construções irregulares às margens do espelho d'água. Mas ainda não há prazos sobre demolições e retiradas de construções irregulares.

Independentemente das ações do governo, o Ministério Público vai agir para punir os responsáveis pelas construções às margens do lago. A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente entrará com ação criminal contra todos os moradores que construíram na beira do espelho d'água. Depois da ação, o morador processado poderá fazer acordo desde que se comprometa a remover as irregularidades e recuperar as áreas degradadas.

Decreto

A promotora Kátia Lemos condena as construções em área de preservação permanente. "Quem descumpriu a legislação terá que responder a partir de agora. Infelizmente a maioria dos que moram às margens do lago não tem nenhuma consciência ambiental", justifica a promotora. A legislação federal define como área de preservação permanente (APP) uma faixa de 30m a partir da margem do lago e proíbe qualquer construção nessa área, mas existe um decreto local (leia quadro) que permite alguns tipos de construção em APP, como píeres, rampas, marinas e muros de arrimo. Para a promotora, que questionou na Justiça a constitucionalidade da legislação distrital, o decreto é permissivo. "Nosso entendimento é de que não exista nenhum tipo de edifica-

Cadu Gomes/CB



NA CASA DO PAI DO EX-SENADOR VALMIR AMARAL, NA QL 8, EXISTE UM PÍER DE CIMENTO: DANOS AMBIENTAIS IRREVERSÍVEIS AO LAGO PARANOÁ

O QUE DIZ A LEI

O Decreto 24.499 regulamenta as ocupações em APPs. Apesar de questionado pelo MP na Justiça, ainda está em vigor. Confira os principais pontos:

● Regulamenta as ações de licenciamento ambiental de construções em áreas de preservação permanente (APP) do Lago Paranoá;

● Classifica como APP a faixa de 30m em projeção horizontal a partir da margem do lago;

● No trecho da barragem, essa faixa é de 100m;

● Permite a construção de muro de arrimo, cais, píer de atracação, quebra-mar, rampas, marinas, flutuadores, aterros e dragagem dentro das áreas de preservação permanente;

● Classifica a área de proteção ambiental (APA) do Lago Paranoá como instrumento de relevante interesse ambiental no processo de desenvolvimento sustentável.

ção, apenas vegetação", justifica.

Mas segundo a Procuradoria Geral do DF, o decreto ainda está em vigor. A Justiça determinou apenas que o GDF não forneça mais licença ambiental para nenhum morador com construções em APP. Um levantamento que está sendo feito pela Polícia Civil vai servir de base para as ações criminais. A Delegacia do Meio Ambiente percorrerá toda a orla do lago em parceria com peritos do Instituto de Criminalística. Com base em análises e documentos como fotos, os técnicos vão apontar as irregularidades.

De acordo com um balanço realizado pela antiga Secretaria de Meio Ambiente, existiam 262 casas à beira do lago em 2005, sendo que 101 moradores foram notificados por edificações irregulares. Muitas casas têm pequenas construções em APP, mas outras resi-

dências são uma verdadeira afronta à legislação. Na QL 8, a mansão do empresário Dalmo Josué Amaral, pai do ex-senador Valmir Amaral, tem píer de cimento e até um tanque de combustível. O advogado de Dalmo, Marcelo Bessa, disse que vai aguardar notificações do GDF para comentar as denúncias. Especialistas garantem que mais de mil metros quadrados foram aterrados e há invasão de área pública. Na Península dos Ministros, endereço de autoridades do governo federal, também há quiosques e churrasqueiras dentro de APP.

Acesso livre

O governador José Roberto Arruda garante que combaterá as chamadas "invasões de ricos". Mas ainda não há datas para possíveis derrubadas. "O uso indisciplinado do solo será combatido. A lei deve ser cumprida por ricos ou

pobres e em todos os lugares, dentro de parques ou às margens do lago", avalia Arruda. O subsecretário de Fiscalização de Atividades Urbanas, Antônio Alves, participou do grupo de autoridades que visitou a orla do lago no último fim de semana. "O governo vai definir como será nossa ação na região e que instrumentos serão usados para a desobstrução da orla. Podemos, por exemplo, criar uma taxa para esses recursos serem investidos no reflorestamento em outras cidades", explica o subsecretário.

Moradores do Lago Sul se defendem e querem garantir o direito de manter cercadas as áreas às margens do espelho d'água. O presidente da Associação de Amigos do Lago Paranoá, Marconi de Souza, garante que há várias infrações mais graves do que a construção em APP. "Muitos clu-

bes e moradores jogam entulho e esgoto dentro do lago e ninguém faz nada. Quem compra um lote na beira do lago paga quase cinco vezes mais por um terreno do que qualquer outro morador do Lago Sul. Isso significa que o acesso não pode ser livre. Para garantir acesso ao lago, o governo deve investir no Projeto Orla", defende.

Cercas

A ocupação irregular às margens do lago não é a única ilegalidade. A instalação de cercas em áreas públicas, que impedem a passagem da população, é cada vez mais recorrente. Os moradores argumentam que a colocação de grades é essencial para garantir a segurança. Mas há abusos. É o caso do conjunto 6 da QL 2, onde uma cerca de mais de 500m de comprimento, colocada pelo proprietário do lote vizinho, iso-

MEMÓRIA

Ofensiva dos promotores

A ofensiva contra as ocupações irregulares começou em junho de 2004, quando o governo local anunciou que todas as construções às margens do lago seriam derrubadas a partir de 1º de julho daquele ano. A decisão foi tomada depois que o Ministério Público do DF ameaçou entrar com processo de improbidade administrativa, caso o GDF não garantisse a desobstrução da orla. O governo notificou 101 moradores, mas recuou e cancelou as demolições diante da polêmica em torno do assunto. Nenhuma construção irregular em área de preservação permanente (APP) foi removida.

A legislação ambiental federal restringe as construções em áreas de preservação permanente. Toda a faixa de terra a 30m das margens do lago é classificada como APP. As ações do governo eram baseadas na Instrução Normativa 1, que em 2004 foi transformada no Decreto 24.499. A legislação distrital é considerada permissiva pelo MP, que entrou com uma ação civil pública em 2005 contra o decreto. O texto autoriza a construção de píeres, muros de arrimo, aterros, rampas, marinas e flutuadores dentro de APPs. Apesar da polêmica, o decreto continua em vigor.

lou uma enorme porção de área pública. As grades foram colocadas ao lado de uma área de relevante interesse ecológico, próxima ao córrego Riacho Fundo.

O Sistema Integrado de Vigilância e Preservação de Mananciais (Siv-Água) fez uma vistoria no local depois de receber uma denúncia. O órgão procurou o proprietário do lote que havia instalado a cerca e ele informou aos técnicos do Siv-Água que havia cercado a área para proteger os mananciais.

A Administração Regional do Lago Sul fará um levantamento das ocupações no bairro. As áreas públicas vazias terão projeto urbanístico e nova destinação. "Queremos fazer praças, por exemplo, para atender as necessidades dos moradores e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar no Lago Sul", garante o administrador Paulo Zuba.